

Sumário

Agradecimentos	7
Apresentação	11
Primeiras observações	17
1. O ECAD e a Rádio Imprensa S.A.	17
2. Qual o objetivo desta pesquisa?	21
3. O problema dos conceitos em Direito	28

PARTE I **PREMISSAS PARA A COMPREENSÃO DA TESE**

1. O individualismo e sua força na criação dos institutos do processo civil	35
1.1. A compensação financeira pela exploração de recursos minerais e a dupla personalidade do Poder Público	35
1.2. Um breve panorama dos fundamentos dos institutos do processo civil moderno e a força da ideologia privada	38
1.3. Os limites da atividade jurisdicional	49
2. A proporcionalidade panprocessual.....	63
2.1. O Judiciário não é para todos	63
2.2. A proporcionalidade como critério de aplicação dos valores públi- cos	65
2.3. A proporcionalidade e o serviço Justiça	73
2.4. A proporcionalidade panprocessual nos sistemas processuais atuais	78

2.5. A proporcionalidade processual no direito brasileiro	93
2.6. Os contornos da proporcionalidade panprocessual no sistema brasileiro	100
3. A teoria dos efeitos da sentença e o encarceramento da prestação jurisdicional	109
3.1. Embargos de terceiros e fraude contra credores	109
3.2. A classificação das sentenças por seus efeitos e suas consequências	111
3.2.1. A origem da teoria dos efeitos da sentença	111
3.2.2. A classificação atual dos efeitos da sentença empregada no Brasil	117
a) ação declaratória	120
b) ação constitutiva	123
c) ação condenatória	124
d) ação mandamental	128
e) ação executiva	131
3.3. As dificuldades em aplicar essa classificação das ações	136
3.4. Uma análise crítica da classificação das ações segundo seu efeito predominante	143
3.5. O problema peculiar das chamadas "ações declaratórias sobre fato"	158

PARTE II **BUSCANDO NOVOS LIMITES PARA A ATIVIDADE JURISDICIONAL**

1. A força do pedido mediato e o desconforto de algumas soluções	177
2. Uma verdade para cada processo	179
2.1. Falsidade e falsidades	179
2.2. Primeiras observações	181
2.3. A ação declaratória de falsidade ideológica	184
2.4. Um documento falso apenas para as partes?	187

2.5. Uma saída honrosa para a coerência	194
3. <i>Mandatos preventivos</i> e tutelas interinais.....	201
3.1. O processo e a proteção da coletividade	201
3.2. Os "mandatos preventivos" argentinos	203
3.3. A regra da congruência e os "mandatos preventivos"	207
3.4. Seria essa experiência cabível também no Brasil?	209
3.5. As medidas interinais no direito brasileiro	214
4. Ações anulatórias e efeitos para terceiros	225
4.1. Barbosa Moreira e a ação de nulidade de patente	225
4.2. Terceiros e coisa julgada	229
4.3. Coletivizando as tutelas individuais	238

PARTE III **TRAÇANDO NOVOS HORIZONTES**

1. Um novo olhar sobre a postulação no processo.....	243
1.1. O fornecimento de medicamentos e o Superior Tribunal de Justiça ..	243
1.2. O que se nota até aqui	246
1.3. Abandonando as premissas individualistas do processo em busca de novos horizontes	247
1.4. A jurisdição e sua aproximação da função administrativa	249
1.5. Os reflexos dessa nova visão sobre a atuação jurisdicional (a atua- ção do direito)	255
1.6. A inadequada compreensão da realidade e seu impacto no pedido. O pedido como ato de vontade e a crise de percepção da realidade ..	262
1.7. A capacidade postulatória e a manifestação da vontade na elabo- ração do pedido	268
1.8. A crise de insuficiência de tutela e a formulação do pedido	274
1.8.1. Os problemas estruturais	275

1.8.2.	Os “fundos limitados”	279
1.8.3.	Reflexos pretersatisfativos da tutela jurisdicional	283
1.9.	Retornando aos fins da regra da congruência	286
1.9.1.	A preservação da liberdade	287
1.9.2.	A preservação da imparcialidade	290
1.9.3.	A questão do contraditório	292
1.10.	Uma nova congruência e a ampliação dos horizontes da atividade jurisdicional	294
1.10.1.	Reflexos na interpretação dos pedidos	294
1.10.2.	Reflexos nos limites estabelecidos pelos pedidos	300
1.11.	Novas formas de pedido e a necessidade de revisão da ideia de congruência	310
2.	A preservação da garantia de defesa e de participação nesse novo contexto	317
2.1.	Participação no processo e efetividade da prestação jurisdicional	317
2.2.	O contraditório como condição para o processo civil atual	328
2.3.	Contraditório efetivo e eficiente	333
2.3.1.	O direito à participação dos afetados	334
2.3.2.	Contraditório, interpretação do pedido e expansão da tutela jurisdicional	338
a)	a interpretação do pedido e o contraditório	338
b)	a expansão do pedido e o contraditório	340
2.4.	Contraditório, representação adequada e representação virtual	344
2.4.1.	Um modelo para a representação adequada no Brasil	347
2.4.2.	A representação virtual como alternativa legítima	352
2.5.	Inversão do ônus da discussão e preservação do contraditório	364
	Um fim de um trabalho incompleto	369
	Referências bibliográficas	373